



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER LEGISLATIVO**

Mensagem de Anteprojeto de Lei nº. 02/2024.

Em, 15 de março de 2024.

Sr. Prefeito:

O projeto em questão tem o objetivo de complementar, na forma de plantões, o quadro de profissionais da rede de saúde pública do município de São Miguel do Guaporé, sempre que devidamente comprovada a necessidade.

Com a entrega de responsabilidade do atendimento na área de Saúde a uma empresa terceirizada, a qual detém o controle dos profissionais e seus respectivos plantões de atendimento, os cidadãos usuários de tal atendimento, tem promovido manifestos em desfavor a Saúde pública de nosso município.

Tendo em vista os fatores apresentados, venho propor uma solução para a melhoria do atendimento na área da Saúde de nosso município, utilizando de uma forma mais eficiente para sanar as necessidades dos munícipes e promover a oportunidade aos profissionais da saúde aqui residentes.

Com a possibilidade de contratação de profissionais autônomos sempre que necessário, haverá maior eficiência no atendimento dos cidadãos, além de maior controle por parte da Secretaria Municipal de Saúde.

Assim sendo, a medida vem de encontro a atualidade e necessidade para com os munícipes de São Miguel do Guaporé, motivo pelo qual, solicitamos a conversão do presente em projeto de lei e encaminhado a este poder para apreciação, desde já agradecendo.

Cordialmente,

---

*Edimar Crispin Dias*  
Vereador/PSB



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ  
ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO**

Anteprojeto de Lei n.º 02 /2024

Em, 15 de março de 2024.

**“DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTÔNOMOS E EFETIVOS DE PROFISSIONAL EM TÉCNICO DE ENFERMAGEM, TÉCNICO DE LABORATÓRIO, TÉCNICO DE RADIOLOGIA, ENFERMEIRO E FARMACÊUTICO EM REGIME DE PLANTÃO, NAS UNIDADES DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

O Prefeito do Município de São Miguel do Guaporé, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e sanciona a seguinte:

**LEI**

**Art. 1º.** Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a contratar o serviço de profissional de Técnico em Enfermagem, Técnico em Laboratório, Técnico em Radiologia, Auxiliar de Enfermagem, Enfermeiro e Farmacêutico, devidamente registrado no Conselho de Classe, para a realização de plantão nas Unidades Básicas e Serviços de Urgência/Emergência do Município de São Miguel do Guaporé/RO, nos termos desta Lei.

§ 1º. A apresentação dos serviços de que trata o *caput* deste artigo será realizada em razão da necessidade emergencial considerando o interesse público, quando o servidor do quadro contratado ou efetivo faltar ou estiver afastado do trabalho no seu horário normal ou de plantão, conforme Art. 2º desta Lei.

§ 2º. O pagamento do profissional autônomo e efetivo será formalizado através de documentação comprobatória da execução dos serviços, que deverá ser encaminhada pelo responsável da unidade, com justificativa do motivo da contratação de prestação de serviço autônomo e validada pela Secretaria Municipal de Saúde.

§ 3º. O pagamento do profissional será feito mediante abertura de processo administrativo, o qual será empenhado no elemento de despesa Folha de Pagamento e em hipótese alguma gerará vínculo empregatício com o Município.



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER LEGISLATIVO**

§ 4º. É vedada a contratação de profissional, nos termos da presente Lei, para substituir profissional em greve.

§ 5º. O profissional de plantão deverá prestar serviço na Unidade de Saúde para qual foi convocado, de forma contínua, durante todo período equivalente ao plantão assumido, obrigando-se a prestar atendimento de enfermagem, sendo vedado se retirar do local para tratar de assuntos particulares ou alimentação e repouso.

**Art. 2º.** Os plantões extraordinários serão admitidos quando verificada a ausência de profissional do quadro efetivo, por motivo de:

- I. Férias com período aquisitivo vencido.
- II. Licença para tratamento de saúde.
- III. Licença para repouso gestante.
- IV. Licença especial conforme Estatuto do Servidor Municipal.
- V. Falta de profissional no quadro para cobrir plantões.
- VI. Casos fortuitos e força maior.

**Art. 3º.** Os pagamentos dos Plantões somente serão realizados mediante comprovação de sua realização, devidamente atestado pela Secretaria Municipal de Saúde, com a seguinte remuneração:

- I. Para cada plantão de 24h (vinte quatro horas) efetivamente realizado, será devido aos profissionais Técnico em Enfermagem, Técnico em Laboratório e Técnico em Radiologia, o valor de R\$280,00 (duzentos e oitenta reais).
- II. Para cada plantão de 24h (vinte quatro horas) efetivamente realizado será devido ao profissional Enfermeiro, valor de R\$550,00 (quinhentos e cinquenta reais).
- III. Para cada plantão de 24h (vinte e quatro horas) efetivamente realizado será devido ao profissional Farmacêutico valor de R\$550,00 (quinhentos e cinquenta reais).
- IV. Para cada plantão de 24h (vinte e quatro horas) efetivamente realizado, será devido ao profissional Auxiliar de Enfermagem, o valor de R\$224,00 (duzentos e vinte e quatro reais).





**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER LEGISLATIVO**

§ 1º. Será devido o valor de 50% (cinquenta por cento) dos plantões de 24h (vinte e quatro horas), para os plantões requisitados e realizados em 12h (doze horas).

§ 2º. Será retido na fonte o imposto de Renda e o ISSQN devido, sobre o valor pago do plantão.

§ 3º. Havendo necessidade justificada, como em caso de acidentes com várias vítimas, calamidade pública, catástrofe, epidemias, pandemias, cirurgias que necessitam de uma equipe, ou insuficiência de quadro de pessoal, a Secretaria Municipal de Saúde poderá convocar quantos profissionais forem necessários para os atendimentos no sistema público de emergência ou de pronto atendimento, para substituir o profissional da escala.

§ 4º. Nos casos de extrema urgência/emergência ou de necessidade do serviço público, poderá a Secretaria Municipal de Saúde alterar ou dispensar a escala de plantonistas.

§ 5º. O profissional poderá ser requisitado por intermediário de telefone fixo, telefone celular ou qualquer outro meio de comunicação, devendo ter condições de atendimento presencial em tempo hábil quando solicitado.

§ 6º. A escala de plantão e a forma de jornada de trabalho dos plantonistas serão definidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

§ 7º. Os plantões deverão ser comprovados mediante controle presencial nos termos da legislação aplicável, podendo ser realizados a critério da Secretaria Municipal de Saúde e por conveniência de horários, em regime de 06h (seis horas), com pagamento proporcional de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor previsto nos incisos I e II do *caput*.

§ 8º. Compete a Secretaria Municipal de Saúde coordenar os plantões dos profissionais de que trata este artigo, elaborando a respectiva escala, devendo atestar a execução dos serviços dos plantonistas através de demonstrativo, mensalmente apresentado à Secretaria Municipal de Fazenda, para fins dos respectivos pagamentos.

§ 9º. É terminantemente vedado ao profissional plantonista ausentar-se do local de trabalho para tratar de assuntos particulares, sendo facultada a Secretaria Municipal de Saúde, em caso devidamente justificado, providenciar sua substituição por outro profissional contratado nos termos deste artigo.

§ 10. Fica assegurado ao profissional contratado, o pagamento em dobro do plantão disposto neste artigo, quando a prestação de serviço for realizada em qualquer feriado oficial do ano, sendo no âmbito nacional, estadual ou municipal, não considerando pontos facultativos.

§ 11. Os reajustes dos valores constantes neste artigo deverão ser autorizados por Lei.



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER LEGISLATIVO**

**Art. 4º.** O profissional autônomo não fará jus a nenhum benefício em razão da prestação de serviço a que se refere esta Lei, senão o previsto no Artigo 3º desta Lei, vedado a 13º (décimo terceiro) salário, férias proporcionais, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS ou qualquer outro direito ou benefício devido ao servidor público municipal.

**Art. 5º.** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da Secretaria Municipal de Saúde

**Art. 6º.** Esta Lei entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário ou incompatíveis.

Sala das Sessões, 15 de março de 2024

---

*Edimar Crispin Dias*  
Vereador/PSB